



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE – ES
PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO - PROJUR

MEMORANDO

0011/2021 – ProJur

Muniz Freire – ES, 24 de Março de 2021.

De: Procurador – Dr. Aquiles de Azevedo

Para: Secretária Municipal de Assistência, Trabalho e Desenvolvimento Social – Gesiara Gabriela da Silva

Ementa: Resposta ao OF/SEMS/GS/Nº 024/2021

Objeto:

Em resposta ao OF/SEMS/GS/Nº 024/2021, venho encaminhar através deste, a Lei nº 1.198/1991 que dispõe sobre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como as leis posteriores que a alteraram e o Decreto nº 2.790 que regulamenta o FMDCA.

AQUILES DE
AZEVEDO:0855848774
0

Assinado de forma digital por
AQUILES DE
AZEVEDO:08558487740
Dados: 2021.03.24 16:43:15 -03'00'

Aquiles de Azevedo

Procurador – Decreto nº 8.729/2021
OAB/ES nº 14.834

LEI Nº 1.198/91, DE 25 DE AGOSTO DE 1991
(ALTERADO PELA LEI Nº 1.239/92, de 25.08.92)

"CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE=ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
CAPÍTULO I

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão deliberativo e controlador de política de atendimento, observada a composição paritária de seus membros, nos termos do Art. 88, Inciso V da lei Federal nº. 8.069/92 = ECM.

Artigo alterado pela Lei nº. 1239/1992

Art.2º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será composto por 08 (oito) membros efetivos e 08 (oito) suplentes, da seguinte forma:

I - 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

Inciso alterado pela Lei nº. 1605/2001

Inciso alterado pela Lei nº. 1239/1992

II - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência, Trabalho e Desenvolvimento Social.

Inciso alterado pela Lei nº. 2113/2010

Inciso alterado pela Lei nº. 1239/1992

III - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças.

Inciso alterado pela Lei nº. 1239/1992

IV - 01 (um) representante da câmara Municipal;

Inciso revogado pela Lei 1605/2001

V - 04 (quatro) representantes de entidades civis, legalmente constituídas e em funcionamento no mínimo há 01 (um) ano, envolvidas com a promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, eleitos em assembleias.

§ 1º - Os Conselheiros representantes das Secretarias Municipais serão indicados pelo chefe da pasta, dentre uma lista tríplice, formada somente por funcionários, num prazo de 10(dez) dias contados da solicitação para nomeação e posse pelo Conselho.

§ 2º - O Conselheiro representante da Câmara Municipal será indicado pelo Presidente da mesma, obedecendo-se às normas contidas nos parágrafos anteriores deste artigo.

Parágrafo revogado pela Lei nº. 1605/2001

Parágrafo revogado pela Lei nº. 1239/1992

§ 3º - Os Conselheiros representantes das entidades civis de que trata o Inciso V deste artigo serão eleitos pelo voto direto, no âmbito destas entidades, com sede no município, reunidas em assembleia, obedecendo-se o prazo contido no Inciso V do art. 2º desta Lei e convocadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mediante edital, publicado na imprensa ou por outra forma, no prazo estabelecido nos parágrafos anteriores deste artigo.

§ 4º - A designação dos membros do Conselho compreenderá a dos suplentes.

§ 5º - Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e os respectivos suplentes exercerão mandato de 02 (dois) anos, admitindo-se a recondução apenas por uma vez e por igual período.

§ 6º - A função do membro deste Conselho é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

§ 7º - Os membros deste Conselho só poderá faltar a duas sessões consecutivas ou três alternadas, no período de 01(um) ano, contados da data da posse, sob pena de perda do mandato.

CAPÍTULO II

SEÇÃO I

DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Art. 3º - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - Formular e opinar sobre a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, encaminhando ao Poder Executivo o respectivo ante-projeto de lei, definindo as prioridades e controlando as ações de execução;

II - Deliberar sobre a conveniência e oportunidade de implementação de programas e serviços, bem como sobre a criação de entidades governamentais ou a realização de consórcio intermunicipal regionalizados de atendimentos a esses direitos;

III - Elaborar o seu Regimento Interno;

IV - Solicitar as indicações para o preenchimento de cargo de conselheiro, nos casos de vacância e término do mandato;

V - Convocar assembléia, fiscalizar e apurar as eleições, nomear e dar posse aos membros do Conselho Tutelar;

VI - Administrar o Fundo Municipal, alocando recursos para os programas das entidades governamentais e repassar verbas para as entidades civis;

VII - Opinar sobre o orçamento municipal destinado a assistência social, saúde e educação, bem como ao funcionamento dos Conselhos Tutelares, indicando as modificações à consecução da política formulada, no que se refere ao aspecto financeiro;

VIII - Opinar sobre a destinação de recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e juventude.

IX - Proceder a inscrição de programa de proteção sócio-educativos de entidades governamentais e não-governamentais, na forma dos arts. 90 e 91 da Lei nº 8.069/90 - ECA.

X - Fixar critérios de utilização, através de planos de aplicação das cotações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para o incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, da criança e do adolescente ou abandonado, de difícil colocação familiar;

XI - Requisitar instalações e funcionários do município necessários ao perfeito funcionamento da Secretaria Geral de que trata o art. 6º desta Lei.

XII - Dar posse aos membros do Conselho Tutelar, bem como conceder licença aos mesmos, nos termos do respectivo regulamento e declarar vago o voto por perda do mandato, nas hipóteses previstas em Lei;

XIII - Registrar as entidades civis de atendimento direto ou indireto dos direitos da criança e do adolescente que mantenham programas de:

Orientação e apoio sócio-familiar;

Apoio sócio-educacional em meio aberto;

Colocação sócio-familiar;

Abrigo;

Liberdade assistida;

Semi-liberdade;

Internação;

Outros destinados ao cumprimento das normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

XIV - Fixar a remuneração dos membros do Conselho Tutelar atendidos os critérios de conveniência e oportunidade e tendo por base o tempo dedicado à função e às peculiaridades locais;

XV - Regulamentar, organizar, coordenar, bem como adotar providência para a eleição e posse dos membros do Conselho Tutelar;

XVI - Administrar o Fundo Municipal nos seguintes aspectos:

a) Registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos pelo Estado ou União;

b) Registrar os recursos captados pelo Estado, através de convênios ou doações;

c) Liberar os recursos a serem aplicados em benefício da criança/adolescente, de acordo com resolução deste Conselho;

d) Administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da criança/adolescente, segundo resolução deste Conselho;

e) Manter controle escriturai das aplicações financeiras, nos termos das resoluções deste Conselho.

SEÇÃO II

DAS REMUNERAÇÕES E DOS IMPEDIMENTOS

Art. 4º - Os funcionários de que trata o Inciso XI do art. 3º desta Lei continuarão percebendo os vencimentos e vantagens diretamente do Município, sem qualquer ônus para este Conselho.

Art. 5º - São impedidos de funcionar no mesmo Conselho, marido e mulher, ascendente e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhado, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

Parágrafo Único - Estende-se o impedimento do Conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca, foro regional ou distrital.

SEÇÃO III**DA SECRETARIA GERAL**

Art. 6º - O Conselho Municipal manterá uma Secretaria Geral, destinada ao suporte administrativo-financeiro necessário ao seu funcionamento, utilizando-se de instalações e funcionários cedidos pela Prefeitura Municipal.

CAPÍTULO III**DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Art. 7º - Fica criado o FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, que será regulamentado por Decreto do Poder Executivo no prazo de 30 (trinta) dias de vigência desta Lei.

CAPÍTULO IV**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 8º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá requisitar Defensor Público para defesa e proteção judicial da criança e do adolescente nas hipóteses previstas nos Capítulos VI e VII do Título VI do Estatuto da Criança e do Adolescente e solicitar à OAB=ES (Ordem dos Advogados do Brasil da Seccional do ESPÍRITO Santo), orientação técnico-jurídica no campo dos direitos humanos.

Art. 9º - A nomeação e posse do primeiro Conselho Municipal far-se-á pelo Prefeito Municipal, obedecidas as origens e normas contidas no Capítulo I do Título I desta Lei.

Art. 10 - A convocação inicial dos representantes que irão compor o primeiro Conselho Municipal de que tratam os Incisos I a V do art. 2º desta Lei far-se-á através da Procuradoria da Prefeitura Municipal.

Art. 11 - O Conselho Municipal dirigirá os trabalhos para elaboração do ante-projeto da lei criadora do Conselho Tutelar, com participação popular efetiva.

Art. 12 - O primeiro Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tomará posse em até 45 (quarenta e cinco) dias da sanção da presente Lei.

Art. 13 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de até 50 (cinquenta) dias da nomeação dos seus membros, elaborará o seu Regimento Interno, elegendo o primeiro Presidente, Vice-Presidente e Secretário Geral e demais Conselheiros.

Parágrafo Único - O Regimento Interno de que trata este artigo será regulamentado através de Decreto do Executivo Municipal.

Art. 14 - A convocação de que trata o art. 10 desta Lei far-se-á imediatamente ao sancionamento da Lei.

Art. 15 - No prazo de até 210 (duzentos e dez) dias contados da sanção da Lei, realizar-se-á a primeira eleição para o Conselho Tutelar.

Art. 16 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar para as despesas iniciais decorrentes do cumprimento desta Lei, no valor de Cr\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros).

Parágrafo Único - O crédito suplementar de que trata este artigo será na rubrica pertinente ao Gabinete do Prefeito.

Art. 17 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18 - Revogam-se as disposições em contrário.

Muniz Freire/Es, 25 de agosto de 1992.

JOSÉ ALMANÇA TRUJILLO
Prefeito Municipal

REGIS BONINO MOREIRA
Procurador Jurídico

JOVELINA FERREIRA DA SILVA AGUIAR
Secret.M. Saúde E Ação Social

DIVINO SERGIO NICOLAU
Secret.M.Administração

ANTONIO PEDRO DE CASTRO
Secret.M.Finanças

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Muniz Freire.

DECRETO N.º 2.790/2001

**“ REGULAMENTA O FUNDO MUNICIPAL DOS
DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, especialmente o que dispõem o Art. 7º, da Lei Municipal nº 1.198/91 de 01/11/91,

D E C R E T A

**CAPÍTULO I
DOS OBJETIVOS**

Art. 1º. - Fica regulamentado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado pelo Art. 7º, da Lei Municipal nº 1.198/91, de 01/11/91, que será gerido e administrado na forma deste Decreto.

Art. 2º. – O Fundo tem por objetivo facilitar a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento à criança e ao adolescente.

Parágrafo 1º – As ações de que trata o caput do artigo referem-se prioritariamente aos programas de proteção especial à criança e ao adolescente exposto à situação de risco pessoal e social, cuja necessidade de atenção extrapola o âmbito de atuação das políticas sociais básicas.

Parágrafo 2º - Dependerá de deliberação expressa do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente a autorização para aplicação de recursos do Fundo em outros tipos de programas que não o estabelecido no parágrafo primeiro.

Parágrafo 3º - Dependerá de deliberação expressa de, no mínimo 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a autorização para aplicação de recursos do Fundo em outros tipos de ações, bem como

Projetos de Pesquisa e Estudos, Capacitação de Recursos Humanos e Políticas Sociais Básicas, que não estabelecidas no § 1º, sempre com manifestação fundamentada.

CAPÍTULO II

DA OPERACIONALIZAÇÃO DO FUNDO

Art. 3º. - O Fundo ficará subordinado operacionalmente à Secretaria Municipal de Saúde, Saneamento e Assistência Social – Departamento de Assistência Social.

Art. 4º.- São atribuições do Secretário Municipal de Saúde, Saneamento e Assistência Social :

- I- Coordenar a execução dos recursos do Fundo, de acordo com o Plano de Aplicação, previsto no § 3º, do Art. 2º, do presente.
- II- Apresentar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Plano de Aplicação devidamente aprovado pelo Legislativo Municipal.
- III- Preparar e apresentar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, demonstração mensal da Receita e da Despesa executada do Fundo.
- IV- Emitir e assinar notas de empenho, cheques e ordens de pagamento da despesas do Fundo.
- V- Tomar conhecimento e dar cumprimento às obrigações definidas em Convênios e/ou Contratos firmados pela Prefeitura Municipal e que digam respeito ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- VI- Manter os controles necessários à execução das Receitas e das Despesas do Fundo.
- VII- Manter, em coordenação com o setor de patrimônio da Prefeitura Municipal, o controle dos bens patrimoniais com carga ao Fundo.
- VIII- Encaminhar à contabilidade geral do Município :
 - a) Mensalmente, demonstração da receita e da despesa;
 - b) Trimestralmente, inventário de bens materiais;

- c) Anualmente, inventário dos bens móveis e imóveis e balanço geral do Fundo.
- IX- Firmar, com o responsável pelo controle da execução orçamentária, a demonstração mencionada anteriormente.
- X- Providenciar junto à contabilidade do Município, na demonstração que indique a situação econômico-financeira do Fundo;
- XI- Apresentar ao Conselho Municipal dos Direitos, a análise e a avaliação da situação econômico financeira do Fundo detectada na demonstração mencionada;
- XII- Manter o controle dos contratos e convênios firmados com instituições governamentais e não-governamentais;
- XIII- Manter o controle da receita do Fundo;
- XIV- Encaminhar ao Conselho Municipal de Direitos relatório mensal de acompanhamento e avaliação do plano de Aplicação.

CAPÍTULO III

DOS RECURSOS DO FUNDO

Art. 5.º - São receitas do Fundo;

- I – dotação consignado anualmente no orçamento Municipal e as verbas adicionais que a lei estabelecer no decurso de cada exercício;
- II – doações de pessoas físicas e jurídicas, conforme o disposto artigo 260 da Lei n.º 8.069 de 13.07.90 (Este artigo no que diz respeito à pessoa jurídica, não foi até o momento, regulamentado);
- III – valores provenientes das multas previstas no art. 214 da Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, e oriundas das infrações descritas nos artigos 228 à 258 da referida lei;
- IV – transferências de recursos financeiros oriundos dos Fundos Nacional e Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- V – doações, auxílios, contribuições, transferências de entidades nacionais, internacionais, governamentais e não governamentais;

- VI – produto de aplicações financeiras dos recursos disponíveis, respeitada a legislação em vigor e da venda de materiais, publicações e eventos;
- VII – recursos advindos de convênios, acordos e contratos firmados entre o Município e instituições privadas e públicas, nacionais e internacionais, federais, estaduais e municipais, para repasse a entidades executoras de programas integrantes do Plano de Aplicação;
- VIII – outros recursos que porventura lhe forem destinados.

Art. 6.º - Constituem ativos do Fundo:

- I – disponibilidade monetária em bancos, oriunda das receitas especificadas no Artigo anterior;
- II – direitos que por ventura vier a constituir;
- III – bens móveis e imóveis, destinados à execução dos programas e projetos do Plano de Aplicação.

Parágrafo Único – Anualmente processar-se-à o inventário dos bens e direitos vinculados ao Fundo, que pertencem à Prefeitura Municipal.

Art. 7.º - A contabilidade do Fundo Municipal tem por objetivo evidenciar a situação financeira e patrimonial do próprio Fundo, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 8.º - A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das funções de controle prévio, concomitante e subsequente, inclusive de apurar os custos dos serviços, bem como interpretar e analisar os resultados obtidos.

CAPÍTULO IV

DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 9.º - Imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento, o Secretário Municipal de Saúde, Saneamento e Assistência Social, apresentará ao Conselho Municipal o

quadro de aplicação dos recursos do Fundo para apoiar os programas e projetos contemplados no Plano de Aplicação.

Art. 10.º - Nenhuma despesa será realizada sem a necessária cobertura de recursos.

Parágrafo Único – Para os casos de insuficiência ou inexistência de recursos poderão ser utilizados os créditos adicionais, autorizados por lei e abertos por decretos do Executivo.

Art. 11.º - A despesa do Fundo constituir-se-á de:

- I – do Financiamento total, ou parcial dos programas de proteção Especial constantes do Plano de Aplicação.
- II – do atendimento de despesas diversas, de caráter urgente e inadiável, observado o parágrafo 1.º do art. 2.º.

Parágrafo Único – Fica vedada a aplicação de recursos do Fundo para pagamento de atividades do Conselho Municipal de Direitos.

Art. 12.º - A execução orçamentária da receita processar-se-á através da obtenção do seu produto nas fontes determinadas neste decreto e será depositada e movimentada através da rede bancária oficial.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13.º - O Fundo terá vigência indeterminada.

Art. 14.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15.º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto Municipal n.º 1.345/92, de 27/08/1992.

Muniz Freire (ES), 02 de Janeiro de 2001.

ZAEDIS DE OLIVEIRA THEZOLIN
PREFEITO MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE

Estado do Espírito Santo

DECRETO N.º 2.790/2001

“ REGULAMENTA O FUNDO MUNICIPAL
DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, especialmente o que dispõem o Art. 7º, da Lei Municipal nº 1.198/91 de 01/11/91,

DECRETA

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 1º. - Fica regulamentado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado pelo Art. 7º, da Lei Municipal nº 1.198/91, de 01/11/91, que será gerido e administrado na forma deste Decreto.

Art. 2º. – O Fundo tem por objetivo facilitar a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento à criança e ao adolescente.

Parágrafo 1º – As ações de que trata o caput do artigo referem-se prioritariamente aos programas de proteção especial à criança e ao adolescente exposto à situação de risco pessoal e social, cuja necessidade de atenção extrapola o âmbito de atuação das políticas sociais básicas.

Parágrafo 2º - Dependerá de deliberação expressa do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente a autorização para aplicação de recursos do Fundo em outros tipos de programas que não o estabelecido no parágrafo primeiro.

Parágrafo 3º - Dependerá de deliberação expressa de, no mínimo 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a autorização para aplicação de recursos do Fundo em outros tipos de ações, bem como



MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE

Estado do Espírito Santo

Projetos de Pesquisa e Estudos, Capacitação de Recursos Humanos e Políticas Sociais Básicas, que não estabelecidas no § 1º, sempre com manifestação fundamentada.

CAPÍTULO II

DA OPERACIONALIZAÇÃO DO FUNDO

Art. 3º. - O Fundo ficará subordinado operacionalmente à Secretaria Municipal de Saúde, Saneamento e Assistência Social – Departamento de Assistência Social.

Art. 4º. - São atribuições do Secretário Municipal de Saúde, Saneamento e Assistência Social :

- I- Coordenar a execução dos recursos do Fundo, de acordo com o Plano de Aplicação, previsto no § 3º, do Art. 2º, do presente.
- II- Apresentar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Plano de Aplicação devidamente aprovado pelo Legislativo Municipal.
- III- Preparar e apresentar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, demonstração mensal da Receita e da Despesa executada do Fundo.
- IV- Emitir e assinar notas de empenho, cheques e ordens de pagamento da despesas do Fundo.
- V- Tomar conhecimento e dar cumprimento às obrigações definidas em Convênios e/ou Contratos firmados pela Prefeitura Municipal e que digam respeito ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- VI- Manter os controles necessários à execução das Receitas e das Despesas do Fundo.
- VII- Manter, em coordenação com o setor de patrimônio da Prefeitura Municipal, o controle dos bens patrimoniais com carga ao Fundo.
- VIII- Encaminhar à contabilidade geral do Município :
 - a) Mensalmente, demonstração da receita e da despesa;
 - b) Trimestralmente, inventário de bens materiais;
 - c) Anualmente, inventário dos bens móveis e imóveis e balanço geral do Fundo.



MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE

Estado do Espírito Santo

- IX- Firmar, com o responsável pelo controle da execução orçamentária, a demonstração mencionada anteriormente.
- X- Providenciar junto à contabilidade do Município, na demonstração que indique a situação econômico-financeira do Fundo;
- XI- Apresentar ao Conselho Municipal dos Direitos, a análise e a avaliação da situação econômico financeira do Fundo detectada na demonstração mencionada;
- XII- Manter o controle dos contratos e convênios firmados com instituições governamentais e não-governamentais;
- XIII- Manter o controle da receita do Fundo;
- XIV- Encaminhar ao Conselho Municipal de Direitos relatório mensal de acompanhamento e avaliação do plano de Aplicação.

CAPÍTULO III

DOS RECURSOS DO FUNDO

Art. 5.º - São receitas do Fundo;

- I – dotação consignado anualmente no orçamento Municipal e as verbas adicionais que a lei estabelecer no decurso de cada exercício;
- II – doações de pessoas físicas e jurídicas, conforme o disposto artigo 260 da Lei n.º 8.069 de 13.07.90 (Este artigo no que diz respeito à pessoa jurídica, não foi até o momento, regulamentado);
- III – valores provenientes das multas previstas no art. 214 da Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, e oriundas das infrações descritas nos artigos 228 à 258 da referida lei;
- IV – transferências de recursos financeiros oriundos dos Fundos Nacional e Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- V – doações, auxílios, contribuições, transferências de entidades nacionais, internacionais, governamentais e não governamentais;
- VI – produto de aplicações financeiras dos recursos disponíveis, respeitada a legislação em vigor e da venda de materiais, publicações e eventos;
- VII – recursos advindos de convênios, acordos e contratos firmados entre o Município e instituições privadas e públicas, nacionais e



MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE

Estado do Espírito Santo

internacionais, federais, estaduais e municipais, para repasse a entidades executoras de programas integrantes do Plano de Aplicação;

VIII – outros recursos que porventura lhe forem destinados.

Art. 6.º - Constituem ativos do Fundo:

- I – disponibilidade monetária em bancos, oriunda das receitas especificadas no Artigo anterior;
- II – direitos que por ventura vier a constituir;
- III – bens móveis e imóveis, destinados à execução dos programas e projetos do Plano de Aplicação.

Parágrafo Único – Anualmente processar-se-à o inventário dos bens e direitos vinculados ao Fundo, que pertencem à Prefeitura Municipal.

Art. 7.º - A contabilidade do Fundo Municipal tem por objetivo evidenciar a situação financeira e patrimonial do próprio Fundo, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 8.º - A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das funções de controle prévio, concomitante e subsequente, inclusive de apurar os custos dos serviços, bem como interpretar e analisar os resultados obtidos.

CAPÍTULO IV

DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 9.º - Imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento, o Secretário Municipal de Saúde, Saneamento e Assistência Social, apresentará ao Conselho Municipal o quadro de aplicação dos recursos do Fundo para apoiar os programas e projetos contemplados no Plano de Aplicação.

Art. 10.º - Nenhuma despesa será realizada sem a necessária cobertura de recursos.



MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE

Estado do Espírito Santo

Parágrafo Único – Para os casos de insuficiência ou inexistência de recursos poderão ser utilizados os créditos adicionais, autorizados por lei e abertos por decretos do Executivo.

Art. 11.º - A despesa do Fundo constituir-se-á de:

- I – do Financiamento total, ou parcial dos programas de proteção Especial constantes do Plano de Aplicação.
- II – do atendimento de despesas diversas, de caráter urgente e inadiável, observado o parágrafo 1.º do art. 2.º.

Parágrafo Único – Fica vedada a aplicação de recursos do Fundo para pagamento de atividades do Conselho Municipal de Direitos.

Art. 12.º - A execução orçamentária da receita processar-se-á através da obtenção do seu produto nas fontes determinadas neste decreto e será depositada e movimentada através da rede bancária oficial.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13.º - O Fundo terá vigência indeterminada.

Art. 14.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15.º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto Municipal n.º 1.345/92, de 27/08/1992.

Muniz Freire (ES), 02 de Janeiro de 2001.


ZAEDIS DE OLIVEIRA THEZOLIN

PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI Nº 1.198/91

"*CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*".

O PREFEITO MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

ART. 1º - Fica criado o CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, órgão deliberativo e controlador da política de atendimento, vinculado ao Gabinete do Prefeito, observada a composição paritária de seus membros, nos termos do art. 88, Inciso II da lei federal nº 8.069/90 - ECM.

ART. 2º - O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE será composto por 08 (oito) membros efetivos e 08 (oito) suplentes, da seguinte forma:

I - 01 (um) representante da Secretaria de Educação;

II - 01 (um) representante da Secretaria de Saúde;

III - 01 (um) representante do Gabinete do Prefeito;

IV - 01 (um) representante da Câmara Municipal;

V - 04 (quatro) representantes de Entidades civis, legalmente constituídas



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

§ 1º - Os Conselheiros representantes das Secretarias Municipal serão indicados pelo chefe da pasta, dentre uma lista tríplice, formada somente por funcionários de carreira, no prazo de 10 (dez) dias, contados da solicitação para nomeação e posse pelo Conselho.

§ 2º - O conselheiro representante do Gabinete do Prefeito será indicado por este, nos moldes do parágrafo anterior;

§ 3º - O Conselheiro representante da Câmara Municipal será indicado pelo Presidente da mesma, obedecendo-se as normas contidas nos parágrafos anteriores deste artigo;

§ 4º - Os Conselheiros representantes das Entidades civis de que trata o Inciso V deste artigo serão eleitos pelo voto direto, no âmbito destas entidades, com sede no município, reunidas em assembleia, obedecendo-se o prazo contido no Inciso V do Art. 2º desta Lei e convocadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mediante edital, publicado na imprensa ou por outra forma, no prazo estabelecido nos parágrafos anteriores deste artigo.

§ 5º - A designação dos membros do Conselho compreenderá a dos suplentes.

§ 6º - Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e os respectivos suplentes exercerão mandato de 02 (dois) anos, admitindo-se a recondução apenas por uma vez e por igual período.

§ 7º - A função do membro deste Conselho é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

§ 8º - Os membros deste Conselho só poderão faltar a duas sessões consecutivas ou três alternadas, no período de 01 (um) ano, contados da data da posse, sob pena de perda do mandat



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

C A P Í T U L O I I

S E Ç Ã O I

DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO

ART. 3º - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - Formular e opinar sobre a política municipal dos direitos e do adolescente encaminhando ao Poder Executivo o respectivo ante-projeto de lei, definindo as prioridades e controlando as ações de execução;

II - Deliberar sobre a conveniência e oportunidade de implementação de programas e serviços, bem como sobre a criação de entidades governamentais ou a realização de consórcio intermunicipal regionalizados de atendimento a esses direitos;

III - Elaborar o seu regimento interno;

IV - Solicitar as indicações para o preenchimento de cargo de conselheiro, nos casos de vacância e término do mandato;

V - Convocar assembleia, fiscalizar e apurar as eleições, nomear e dar posse aos membros do Conselho;

VI - Gerir o fundo municipal, alocando recursos para os programas das Entidades governamentais e repassar verbas para as Entidades Cíveis;

VII - Opinar sobre o orçamento municipal destinado a assistência social, saúde e educação, bem como ao funcionamento dos Conselhos tutelares, indicando as modificações à consecução da



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e juventude;

IX - Proceder a inscrição de programa de proteção sócio - educativos de Entidades governamentais e não governamentais, na forma dos arts. 90 e 91 da Lei nº 8.069/90 - ECM ;

X - Fixar critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para o incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, da criança e do adolescente ou abandonado, de difícil colocação familiar;

XI - Requisitar instalações e funcionários do município necessários ao perfeito funcionamento da Secretaria Geral de que trata o art. 6º desta Lei.

XII - Dar posse aos membros do Conselho tutelar, bem como conceder licença aos mesmos, nos termos do respectivo regulamento e declarar vago o posto por perda do mandato, nas hipóteses previstas em Lei;

XIII - Registrar as entidades civis de atendimento direto ou indireto dos direitos da criança e do adolescente que mantenham programas de:

- a) Orientação e apoio sócio - familiar;*
- b) apoio sócio-educacional em meio aberto;*
- c) colocação sócio-familiar;*
- d) abrigo;*
- e) liberdade assistida;*
- f) Semi-liberdade;*
- g) Internação;*

h) Outros destinados ao cumprimento das normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

liaridades locais;

XV - Regular, organizar, coordenar, bem como adotar providência para a eleição e posse dos membros do Conselho Tutelar;

XVI - Administrar o fundo municipal nos seguintes aspectos:

a) Registrar os recursos orçamentários próprios do município ou a ele transferidos pelo Estado ou União;

b) Registrar os recursos captados pelo Estado, através de convênios ou doações;

c) Liberar os recursos a serem aplicados em benefício da criança/adolescente de acordo com resolução deste conselho;

d) Administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da criança/adolescente, segundo resolução deste Conselho;

e) Manter controle escritural das aplicações financeiras, nos termos das resoluções deste Conselho;

S E Ç Ã O II

DAS REMUNERAÇÕES E DOS IMPEDIMENTOS

ART. 4º - Os funcionários de que trata o Inciso XI do art. 3º desta Lei continuarão percebendo os vencimentos e vantagens diretamente do município, sem qualquer ônus para este Conselho;

ART. 5º - São impedidos de funcionar no mesmo conselho, marido e mulher, ascendentes e des-



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PARÁGRAFO ÚNICO - Estende-se o impedimento do Conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca, foro regional ou distrital.

S E Ç Ã O III

DA SECRETARIA GERAL

ART. 6º - O Conselho Municipal manterá uma Secretaria Geral, destinada ao suporte administrativo-financeiro necessário ao seu funcionamento, utilizando-se de instalações e funcionários cedidos pela Prefeitura Municipal.

C A P Í T U L O III

DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ART. 7º - Fica criado o FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, que será regulamentada por Decreto do Poder Executivo no prazo de até 30 (trinta) dias de vigência desta Lei.

C A P Í T U L O IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

ART. 8º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá requisitar



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

seccional do Espírito Santo), orientação técnico-jurídica no campo dos direitos humanos.

ART. 9º - A nomeação e posse do primeiro Conselho Municipal far-se-á pelo Prefeito Municipal, obedecidas as origens e normas contidas no Capítulo I do Título I desta Lei.

ART. 10 - A convocação inicial dos representantes que irão compor o primeiro Conselho Municipal de que tratam os Incisos I a V do Art. 2º desta Lei far-se-á através da Procuradoria da Prefeitura Municipal.

ART. 11 - O Conselho Municipal dirigirá os trabalhos para elaboração do ante-projeto da Lei criadora do Conselho tutelar, com participação popular efetiva.

ART. 12 - O primeiro Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tomará posse em até 45 (quarenta e cinco) dias da sanção da presente Lei.

ART. 13 - O Conselho Municipal dos direitos da criança e do Adolescente, no prazo de até 50 (cinquenta) dias da nomeação dos seus membros, elaborará o seu Regimento Interno, elegendo o primeiro Presidente, Vice-presidente, Secretário Geral e demais conselheiros.

PARÁGRAFO ÚNICO - O regimento interno de que trata este artigo será regulamentada através de Decreto do Executivo Municipal.

ART. 14 - A convocação de que trata o art. 10 desta Lei será feita imediatamente ao sancionamento da Lei.

ART. 15 - No prazo de até 210 (duzentos e dez) dias contados da sanção da Lei, realizar-se-á a primeira eleição para o Conselho Tutelar.

ART. 16 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar para as despesas



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

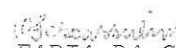
PARÁGRAFO ÚNICO - O crédito suplementar de que trata este artigo será na rubrica pertinente ao Gabinete do Prefeito.

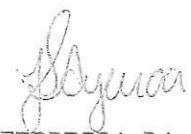
ART. 17 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ART. 18 - Revogam-se as disposições em contrário.

MUNIZ FREIRE/ES, 01 de Novembro de 1991.


JOSE ALMANÇA TRUJILLO
=Prefeito Municipal=


OLINDA FARIA DA CRUZ SCASSULIM
=Secretária Municipal de Educação e Cultura=


JOVELINA FERREIRA DA SILVA AGUIAR
=Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social=


ANTÔNIO PEDRO DE CASTRO
=Secretário Municipal de Finanças=


VALÉRIA AGUIAR SATLER
=Assessora de Planejamento =